



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682565 - MG (2021/0233731-5)

**RELATOR** : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ  
**IMPETRANTE** : GETULIO ANDERSON SILVA  
**ADVOGADO** : GETULIO ANDERSON SILVA - MG115551  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : FELIPE RAFAEL LIBORIO DE CARVALHO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FELIPE RAFAEL LIBORIO DE CARVALHO, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.130798-8/000).

O paciente encontrava-se em livramento condicional e cometeu novo crime doloso, razão pela qual o Juízo da Execução determinou a suspensão da execução da pena e a expedição de mandado de prisão em seu desfavor.

O impetrante sustenta que se estaria diante de flagrante ilegalidade, passível de afastar o óbice contido no verbete 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Alega que a prática do crime doloso teria ocorrido após o término do período de prova do livramento condicional, razão pela qual a punibilidade do apenado deveria ser extinta, nos termos do verbete 617 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça.

Requer, liminarmente, a suspensão da prisão do paciente até o julgamento do *mandamus* originário pela Corte Estadual e, no mérito, pugna pela concessão da ordem para que a sua punibilidade seja extinta, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que, ainda, não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. APREENSÃO DE QUASE 3kg DE MACONHA. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU LIMINAR NO TRIBUNAL A QUO. SÚMULA N. 691/STF. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível *habeas corpus* contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio *mandamus*, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, a prisão preventiva foi decretada em razão da

*periculosidade social do agravante, evidenciada a partir das circunstâncias concretas colhidas do flagrante, notadamente pela apreensão de expressiva quantidade de droga - quase 3kg de maconha. Precedentes. Ausência de flagrante ilegalidade a justificar a superação da Súmula 691 do STF.*

*3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 629.203/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2020, DJe 17/12/2020; sem grifos no original)*

Confira-se, também, a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto a autoridade impetrada fundamentou, suficientemente, o indeferimento da medida liminar postulada no *writ* originário (fls. 96-97):

*A discussão trazida na peça de ingresso se confunde com o mérito da impetração, sendo necessário um maior aprofundamento da apreciação das questões que possibilitam a concessão da ordem.*

*Saliento que o exame de benefícios executórios encontra resistência pelos demais membros desta 5ª Câmara Criminal, razão pela qual o seu deferimento implicaria em antecipação de julgamento e supressão do debate em relação à Turma Julgadora, o que se mostra inviável.*

*Por tais razões, julgo precipitado o deferimento, desde já, do pedido exordial, sendo prudente o aguardo das informações da autoridade dita coatora para elucidação de todo o trazido na peça de ingresso com vistas, ao final, ser decidida a plausibilidade do alegado pelo impetrante no mérito.*

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência